



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2019

O Município de Igrejinha, representado, neste ato, pelo Sr. Joel Leandro Wilhelm, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais, torna público que estarão abertas, entre os dias 08 de outubro de 2019 e 06 de novembro de 2019, as inscrições para Concurso Público, para provimento efetivo em cargos da Administração Municipal, aqui relacionados

O Concurso reger-se-á pelas disposições contidas neste Edital, que se fundamentam especialmente nas normas constitucionais e legais relativas aos Concursos Públicos e ao provimento de cargos, presentes no ordenamento jurídico, ainda, nas estipulações presentes nas Leis Municipais nºs 3.898/2007 e 5.126/2018.

O presente Concurso Público será realizado pela Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste – FEEIN, mantenedora das Faculdades Integradas de Taquara, FACCAT, de acordo com a autorização contida no Processo Administrativo nº 044/2019 e Edital de Licitação nº 038/2019.

1 Das Disposições Gerais

1.1 Os atos relativos a este Concurso Público terão seus informes divulgados na íntegra no endereço eletrônico www.igrejinha.rs.gov.br.

1.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações relativas a este Concurso Público, até o Resultado Final, por meio do endereço eletrônico www.igrejinha.rs.gov.br, não podendo sobre estas alegar desconhecimento.

1.3 O presente Concurso Público destina-se ao provimento de vagas, regido pelo regime jurídico estatutário, para os cargos da Administração Municipal, atualmente vagos, tendo por validade 2 (dois) anos, prorrogável por mais 2 (dois) anos, a contar da data da homologação do certame, a critério do Município de Igrejinha.

1.4 O Concurso Público será realizado em uma única etapa, com a aplicação de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

1.5 O Edital completo e respectivas retificações serão publicados no site do Município de Igrejinha, disponível em: www.igrejinha.rs.gov.br.

1.6 A habilitação no Concurso Público não assegura ao candidato a nomeação imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, de acordo com as necessidades definidas pelo Município de Igrejinha, respeitada a ordem de classificação e a validade do concurso.

2. Dos Requisitos para investidura no cargo

2.1 São requisitos para a investidura no cargo, que serão averiguados para a posse:

- I. Ser aprovado neste Concurso Público;
- II. Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas do Decreto nº 70.436/72;
- III. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- IV. Estar em dia com as obrigações:
 - a) eleitorais;
 - b) militares (para os candidatos do sexo masculino);
- V. Estar em pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- VI. Possuir habilitação legal para o exercício do cargo;
- VII. Ter condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo, de acordo com prévia inspeção médica oficial, na forma da Lei;
- VIII. Não estar incompatibilizado para o serviço público em razão de penalidade sofrida;
- IX. Não registrar antecedentes criminais, no âmbito Municipal, Estadual e/ou Federal, nos locais em que teve domicílio, nos últimos 5 (cinco) anos; e
- X. Atender critérios e requisitos prescritos para o cargo.
- XI. declaração de inexistência de impedimento para assumir o cargo, consubstanciada no não exercício de outro cargo, emprego ou função pública, constitucionalmente inacumulável;
- XII. prova da escolaridade mínima completa, da habilitação específica e do preenchimento dos demais requisitos exigidos neste Edital para o cargo pretendido.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

2.2. Os requisitos citados acima são essenciais para provimento do cargo, devendo o candidato, na ocasião da admissão, apresentar os documentos exigidos pelo Município de Igrejinha, sob pena de perda da vaga.

3. Dos cargos e número de vagas

3.1 Os cargos e número de vagas correspondente estão explicitados no quadro a seguir:

Nº de Ordem	Cargo	Vagas	Exigência de Escolaridade Mínima	Carga Horária	Vencimento mensal
1	Assistente Social	1 Vaga + Cadastro Reserva	Ensino Superior completo e Habilitação legal para o exercício da profissão	20 horas semanais / 100 horas mensais	R\$ 26,98/h
2	Enfermeiro	1 Vaga + Cadastro Reserva	Ensino Superior completo e Habilitação legal para o exercício da profissão	40 horas semanais / 200 horas mensais	R\$ 26,98/h
3	Nutricionista	1 Vaga + Cadastro Reserva	Ensino Superior completo e Habilitação legal para o exercício da profissão	40 horas semanais / 200 horas mensais	R\$ 26,98/h
4	Psicólogo	1 Vaga + Cadastro Reserva	Ensino Superior completo e Habilitação legal para o exercício da profissão	40 horas semanais / 200 horas mensais	R\$ 26,98/h
5	Psicopedagogo	1 Vaga + Cadastro Reserva	Ensino Superior Completo de Licenciatura Plena na área da Educação e Curso de Especialização em Psicopedagogia	40 horas semanais / 200 horas mensais	R\$ 26,98/h

4. Dos Cronograma do Concurso

As datas previstas para a realização deste Concurso Público estão descritas no quadro a seguir, as quais poderão ser alteradas em função de motivos supervenientes. As eventuais alterações serão divulgadas em Edital específico, devendo ser acompanhada pelo candidato no site do Município de Igrejinha, em www.igrejinha.rs.gov.br.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

Período de Inscrições	08 de outubro a 06 de novembro de 2019
Inscrições Homologadas (vagas universais, reserva de vagas para deficiente e cotas)	14 de novembro de 2019
Período de Recursos das Inscrições Homologadas	18 a 20 de novembro de 2019
Homologação definitiva das Inscrições	25 de novembro de 2019
Realização de Prova Teórica	01 de dezembro de 2019
Divulgação do Gabarito	02 de dezembro de 2019
Publicação do Resultado da Prova Teórica	03 de dezembro de 2019
Período de Recurso sobre a Classificação na Prova Teórica	04 a 06 de dezembro de 2019
Publicação do Resultado Classificatório da Prova Objetiva	11 de dezembro de 2019
Período de Recurso sobre a Classificação	12 a 16 de dezembro de 2019
Publicação do Resultado Final do Concurso	20 de dezembro de 2019

5. Do Preenchimento das Vagas

5.1 Os cargos objetos deste Edital serão preenchidos segundo as necessidades do Município de Igrejinha, obedecendo a classificação geral dos candidatos aprovados. Os classificados que excederem ao número de vagas constituirão cadastro reserva e poderão eventualmente ser convocados conforme a necessidade da Administração.

6. Reserva de Vagas

6.1 As Pessoas com Deficiência (PcD) poderão participar deste Concurso Público desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a sua deficiência, na forma do Decreto nº 9.508/2018.

6.2 Será reservado às Pessoas com Deficiência, nos termos da Lei Municipal 5126/2018, o percentual de 10% (dez por cento) das vagas existentes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

6.3 Serão consideradas Pessoas com Deficiência, sem prejuízo a outros enquadramentos legais, nos termos da art. 2º da Lei nº 13.146/2015, aquelas que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Bem como aquelas relacionadas nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto nº 3.298/1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/1989.

6.4 Ressalvados os casos previstos neste Edital, as Pessoas com Deficiência (PcD) participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à forma de avaliação, ao horário e ao local de aplicação das provas, bem como às condições de habilitação exigidas para os demais candidatos.

7. Da inscrição para concorrência na modalidade PcD

7.1 Antes de efetuar sua inscrição, o candidato com deficiência deverá observar a síntese das atribuições para o cargo constante deste Edital, as quais deverá ter plenas condições de cumprir, independentemente de sua deficiência.

7.2 A inscrição do candidato com deficiência dar-se-á de acordo com o estabelecido no item 11 deste Edital, devendo o candidato ao preencher a Ficha de Inscrição, proceder com o que segue:

- I) informar se é pessoa com deficiência;
- II) identificar o tipo da deficiência, com referência obrigatória do código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID);
- III) especificar a deficiência;
- IV) manifestar interesse em concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência; e
- V) entregar junto ao Protocolo do Município de Igrejinha, no período previsto no cronograma deste Edital para a inscrição, laudo médico expedido no prazo máximo de 6 (seis) meses, no qual contenha:
 - a) Nome do médico;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

- b) Assinatura;
- c) Carimbo;
- d) Número de registro no Conselho Regional de Medicina; e
- e) Tipo, grau ou nível da deficiência.

7.3 Nos Laudos relativos a deficiência auditiva deverá constar expressamente a descrição dos grupos de frequência comprometidos.

7.4 Nos Laudos relativos à deficiência visual deverá constar expressamente a acuidade visual com a melhor correção além de apresentação de campimetria visual.

7.5 Nos Laudos de encurtamento de membro inferior, acrescentar laudo de escanometria.

7.6 Os Laudos deverão ser entregues no Protocolo do Município de Igrejinha, até as 18 h 30 min do último dia do encerramento das inscrições previsto no cronograma deste Edital.

7.7 A inobservância destas condições acarretará a perda do direito ao pleito de vagas reservadas aos candidatos em tal situação.

7.8 As pessoas com deficiência, que pretendam beneficiar-se destas disposições declaram plena ciência das atribuições e condições de trabalho de cada cargo e que concordam que serão submetidas, em igualdade de condições com os demais concorrentes no que se refere a conteúdo, avaliação, duração das provas, local, data e horário da respectiva avaliação, bem como a exame posterior por comissão de avaliação.

7.9 O candidato com deficiência que não preencher na Ficha de Inscrição o campo específico sobre o interesse em concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência e não cumprir o determinado neste Edital, terá a sua inscrição processada apenas como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente a condição de deficiente para reivindicar a prerrogativa legal.

7.10 Não ocorrendo aprovação de candidatos na condição de pessoa com deficiência em número suficiente ao preenchimento dos cargos a eles disponibilizados, as vagas serão preenchidas pelos demais aprovados, observada a ordem geral de classificação no cargo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

7.11 A observância do percentual de vagas reservadas às pessoas com deficiência dar-se-á durante todo o período de validade do Concurso Público e aplicar-se-á a todos os cargos oferecidos. Considerando o total de vagas imediatas oferecidas por cargo, tal reserva será preenchida em que, por ventura, forem ampliadas as vagas, durante o prazo de validade.

7.12 A situação da Pessoa com Deficiência será avaliada, a partir do laudo médico entregue no ato de inscrição, por Comissão Especial designada pelo Município de Igrejinha, que ao término do processo de avaliação, emitirá um parecer conclusivo quanto à homologação da inscrição ao pleito de reserva de vagas. Caso a avaliação conclua pelo não enquadramento como pessoa com deficiência, o candidato passará a concorrer apenas pela ordem de classificação da lista de acesso Universal (classificação geral), e não mais pela lista de cotas de pessoa com deficiência.

7.13 As solicitações de todas as condições diferenciadas necessárias para a realização da prova por candidato com deficiência, devem ser endossadas por Laudo Médico, expedido no prazo máximo de 6 (seis) meses antes do término do período designado para as inscrições, no qual conste a Classificação Internacional de Doença – CID, que acomete o candidato, bem como a justificativa de necessidade da condição pleiteada, junto ao Protocolo do Município de Igrejinha.

7.14 O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes nesta Seção não poderão interpor recurso administrativo em favor de sua condição.

7.15 A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste item implicará a perda do direito de ser admitido para vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

7.16 A situação da Pessoa com Deficiência aprovada no Concurso Público será avaliada por Junta Médica designada pelo Município de Igrejinha, que terá decisão final e absoluta sobre o enquadramento do candidato como Pessoa com Deficiência e sobre a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

compatibilidade do tipo e do grau da deficiência com as atribuições essenciais do cargo pleiteado.

8. Da análise dos documentos enviados para concorrer na modalidade PcD

8.1 No prazo definido no cronograma deste Edital, será publicada a lista de candidatos deferidos para concorrer na modalidade pessoas com deficiência, e também, o resultado da análise dos pedidos de condições diferenciadas, cabendo recurso em caso de indeferimento.

8.2 A fundamentação do indeferimento será disponibilizada individualmente no Protocolo do Município de Igrejinha.

9. Quando da classificação do candidato com deficiência no Concurso Público

9.1 O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Edital, além de figurar na lista de classificação geral, terá seu nome constante na lista específica de candidatos com deficiência.

9.2 A avaliação ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, de documento de identidade original oficial e terá por base o Laudo Médico encaminhado no período das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

9.3 Não caberá recurso contra decisão proferida pela perícia médica do Município de Igrejinha.

9.4 A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições desta Seção implicará a perda do direito de ser admitido para vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

10. Dos procedimentos especiais



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

10.1 Os candidatos com necessidades especiais temporárias ou permanentes para realização das provas poderão requerer suporte, no ato da inscrição, informando as condições especiais de que necessitam, como, por exemplo: prova ampliada, auxílio para leitura da prova, sala de fácil acesso, utilização de aparelho (auditivo, medição de glicemia, etc.), transcritor ou outras condições as quais deverão estar claramente descritas na ficha de inscrição.

10.2 O candidato que não se declarar deficiente, mas que necessitar de condição especial para a realização da prova, deverá, no período das inscrições, junto ao Protocolo do Município de Igrejinha, solicitar o recurso adequado as condições especiais de que necessita.

10.3 A solicitação da condição especial para prestar a prova deverá vir acompanhada de Laudo Médico, expedido no prazo máximo de 6 (seis) meses antes do término do período designado para as inscrições, no qual conste a Classificação Internacional de Doença – CID da doença que acomete o candidato, bem como a justificativa de necessidade da condição pleiteada pelo candidato.

10.4 O candidato que não fizer a solicitação de condição especial durante o período de inscrição, bem como conforme o estabelecido neste Edital, não terá as condições especiais providenciadas, seja qual for o motivo alegado.

10.5 Caso o candidato apresente necessidades especiais temporárias após o período de inscrição, deverá formalizar o seu pedido nos termos descritos nesta seção, exclusivamente por meio do Protocolo do Município de Igrejinha, sendo, no entanto, aceitos somente Laudo Médico e Justificativa Médica com data posterior a do último dia de inscrição.

10.6 São procedimentos especiais atendidos para o dia de prova, desde que devidamente comprovados:

I. Quando decorrentes de necessidades físicas:

a) Acesso Facilitado e Mesa para cadeirante: Ao candidato com dificuldade de locomoção é oferecida estrutura adaptada para acesso e realização da prova.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

b) Apoio para perna: Ao candidato que necessitar ficar com a perna suspensa será concedido apoio para a perna.

c) Auxílio preenchimento da Grade de Respostas da Prova Teórico-objetiva: Ao candidato com motricidade comprometida é oferecido auxílio para preenchimento da Grade de Resposta da Prova Objetiva, cujo processo será executado por um Fiscal designado pela Coordenação deste Concurso Público.

d) Mesa e Cadeira Especial: Ao candidato que necessitar de mesa e cadeira de tamanho menor ou maior ao tradicional é oferecida estrutura para realização da prova.

e) Sala próxima ao banheiro: Ao candidato que necessitar fazer uso contínuo do banheiro, por motivo de doença, será fornecida sala próxima ao banheiro.

f) Técnico de Enfermagem para troca de Sonda Vesical, Bolsa de Colostomia ou similar: Ao candidato que necessitar de atendimentos técnicos para a realização de procedimentos de saúde é oferecido Técnico em Enfermagem. Não será permitida a presença de companheiros e/ou familiares durante o procedimento, apenas de pessoas contratadas e autorizadas pela Coordenação deste Concurso Público.

g) Uso de almofada: O candidato que necessitar fazer uso de almofada durante a realização da prova deverá levar a de sua preferência, que será inspecionada antes do início do processo.

II. Quando decorrentes de necessidades visuais:

a) Auxílio preenchimento da Grade de Respostas da Prova Objetiva: Ao candidato com deficiência visual (cegueira ou baixa visão), é oferecido auxílio para preenchimento da Grade de Resposta da Prova Objetiva, cujo processo será executado por um Fiscal designado pela Coordenação deste Concurso Público. b) Caderno de Prova Ampliado (padrão A3 – fonte 18 ou fonte 24): Ao candidato com baixa visão é ofertada a impressão da prova em folha A3 com a fonte ampliada. De preferência, esse candidato deverá sentar nas últimas classes/carteiras da sala. No laudo médico deve constar o tamanho necessário da fonte para a leitura da prova.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

c) Ledor: Ao candidato com baixa ou nenhuma visão será oferecido profissional habilitado para a leitura da prova em sala reservada.

d) Uso de lupa manual: Ao candidato que necessitar será permitido o uso de lupa manual.

III. Quando decorrentes de necessidades auditivas:

a) Intérprete de Libras: Ao candidato com deficiência auditiva é oferecido profissional habilitado para mediar a comunicação entre surdos e ouvintes no ato da prova.

b) Leitura Labial: Para o candidato que necessitar de comunicação pela leitura dos lábios, será solicitado ao Fiscal de Sala que as instruções/orientações sejam dadas pausadamente e de frente para o candidato.

c) Prótese Auditiva: O candidato que utiliza prótese auditiva somente poderá permanecer com o aparelho durante a realização da prova se encaminhar o laudo médico contendo a comprovação de que se faz necessária a utilização da prótese de forma contínua. Caso o candidato que utiliza prótese auditiva não encaminhe o laudo médico, terá apenas o direito de usá-la no momento da leitura das instruções/orientações dadas pelos fiscais (10 minutos antes do início das provas), sendo que durante a realização da prova, deverá retirá-la. Caso seja detectado, durante a realização da prova, candidato com uso de prótese auditiva e não comprovado por laudo médico, o mesmo será eliminado.

IV. Necessidades complementares:

a) Porte de arma de fogo: O candidato que, amparado pela Lei nº 10.826/2003 e suas alterações, necessitar realizar a prova armado deverá encaminhar o Certificado de Registro de Arma de Fogo e da Autorização de Porte, conforme definido na referida Lei.

b) Sala para Amamentação: A candidata que tiver necessidade de amamentar deverá encaminhar o atestado de amamentação e a cópia da certidão de nascimento do bebê. No dia de realização da prova, a candidata deverá levar um/a acompanhante, maior de 18 anos, que ficará em uma sala reservada para essa finalidade e que será o/a responsável pela criança durante a ausência da mãe. Caso não haja acompanhante, a criança não poderá permanecer no local de prova. Não haverá compensação do tempo de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

prova em relação ao tempo gasto com a amamentação. A amamentação será concedida somente para bebês de até 6 (seis) meses de idade. O acompanhante deverá: apresentar documento de identificação, comparecer juntamente com a candidata, no horário determinado em Edital guardar todos os seus pertences em embalagem indicada pela equipe de Coordenação deste Concurso Público e ser inspecionado pelo detector de metais, bem como assinar uma ata no dia de prova. A bolsa com os pertences do bebê poderá ser inspecionada.

c) Sala para Extração do Leite Materno: A candidata que necessitar fazer a extração do leite do peito deverá apresentar atestado de amamentação. O armazenamento e a conservação são de responsabilidade exclusiva da candidata.

d) Tempo Adicional: Ao candidato com baixa ou nenhuma visão, com deficiência auditiva e/ou diagnóstico de dislexia é oferecido o tempo adicional de 1 (uma) hora para a realização da prova.

10.7 A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será concedida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

10.8 Havendo ocorrências inesperadas no dia de prova, serão avaliadas pela Comissão de Concursos as possibilidades operacionais disponíveis, bem como a preservação da segurança, lisura e isonomia da aplicação da prova. Os procedimentos adotados serão informados ao candidato e registrados em ata, não cabendo qualquer reclamação posterior.

11 Das Inscrições

11.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a tácita aceitação das condições deste Concurso Público, tais como estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização deste Certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

11.2 As inscrições deverão ser efetuadas, única e exclusivamente, pela internet no endereço eletrônico www.igrejinha.rs.gov.br, até às 23h59min do dia 06 de novembro de 2019, conforme estipulado neste Edital.

11.3 Não serão aceitas inscrições fora da forma ou do prazo aqui estipulados.

11.4 O prazo para efetuar o pagamento da taxa da inscrição será de 3 (três) dias úteis, a partir da data de inscrição.

11.5 O valor da taxa de inscrição é de R\$ 169,20 (cento e sessenta e nove reais e vinte centavos).

11.6 Para se inscrever, o candidato deverá:

I. Acessar o endereço eletrônico www.igrejinha.rs.gov.br durante o período de inscrição;

a) Ler e estar de acordo com as normas deste Edital;

b) Preencher total e corretamente a Ficha de Inscrição;

11.7 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato, observadas as demais orientações para a inscrição.

11.8 Efetuar o pagamento do boleto bancário, em qualquer agência da rede bancária, até o vencimento.

11.9 O Município de Igrejinha e as Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT, não se responsabilizam por inscrições não processadas por motivos de queda na transmissão de dados ocasionada por instabilidades, sinal fraco, dificuldades de acesso, ausência de sinal causada por problemas na rede de computadores, etc.

11.10 O candidato é responsável pelas informações prestadas na ficha de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento.

11.11 É vedada ao candidato qualquer alteração posterior ao pagamento da taxa de inscrição, não cabendo análise de pedido de recurso para esses casos.

11.12 O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, aquele que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado, se houver constatação posterior, garantindo-lhe os princípios do contraditório e da ampla defesa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

11.13 O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer deste concurso público, tais como aqueles relativos à data de nascimento, notas e classificação, ser participante na condição de Pessoa com Deficiência, entre outros. Tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao Concurso Público, não caberão reclamações posteriores neste sentido, ficando cientes também, os candidatos, de que possivelmente tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores por meio dos mecanismos de busca existentes.

11.14 Considerando que haverá provas, na mesma data, em turnos distintos, fica desde já permitido que um mesmo candidato se inscreva para o concurso de cargos diferentes, mesmo que previstas em editais distintos. Caso o candidato inscreva-se para mais de um cargo, com provas realizadas no mesmo turno, a coordenação homologará APENAS a última inscrição registrada no sistema e que foi devidamente confirmada por pagamento, sendo as demais desconsideradas, sem direito à restituição da respectiva taxa de inscrição.

11.15 O candidato deverá preencher, na ficha de inscrição, o seu nome completo, conforme documento de identificação. Para qualquer alteração, o candidato deverá entrar em contato com o Protocolo do Município de Igrejinha até a homologação definitiva das inscrições para correção, encaminhando a cópia do documento de identificação oficial com foto.

11.16 Fica assegurada a possibilidade de uso do "nome social" à pessoa transexual ou travesti durante o concurso.

11.17 Para inclusão do nome social, nos termos do Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, nas listas de chamada e nas demais publicações referentes a este Concurso Público, o candidato deve, durante o período de inscrições, junto ao Protocolo do Município de Igrejinha, solicitar a inclusão do nome social, sendo necessário dispor de documentos comprobatórios de seu nome civil, este será utilizado apenas para fins administrativos internos ao Concurso.

11.18 Não serão aceitas outras formas de solicitação de atendimento pelo nome social, tais como: via postal, telefone, fax ou correio eletrônico.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

12. Do boleto Bancário

12.1 O boleto bancário ficará disponível para geração e impressão de 2ª via, caso seja necessário, no endereço eletrônico www.igrejinha.rs.gov.br, acesso via CPF e senha, até as 18 h 30 min do último dia do vencimento do boleto.

12.2 O valor pago referente à taxa de inscrição é pessoal e intransferível.

12.3 O candidato será considerado inscrito no Concurso Público somente após o recebimento da confirmação do pagamento bancário de sua taxa de inscrição.

12.4 A confirmação de pagamento da inscrição estará disponível no endereço eletrônico www.igrejinha.rs.gov.br, até 3 (três) dias úteis após o pagamento do Boleto Bancário.

12.5 Constatando que não houve mudança do *status* de pagamento em até 3 dias úteis o candidato deverá entrar em contato com o Protocolo do Município de Igrejinha, anexando o comprovante de pagamento do boleto bancário.

12.6 Os comprovantes com o título de “agendamento” não serão considerados para análise da reclamação protocolada.

12.7 Não serão válidas as inscrições cujos pagamentos sejam efetuados após a última data de vencimento estipulada no boleto, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga extemporaneamente.

12.8 O comprovante provisório de inscrição do candidato será o boleto original, devidamente quitado, sem rasuras, emendas e outros, em que conste a data da efetivação do pagamento até o último dia de inscrição (o pagamento pode ser dar em até 3 dias úteis após a inscrição) conforme constante no Cronograma Previsto neste Edital, não sendo considerado para tal o simples agendamento.

12.9 O comprovante de pagamento da inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado quando da realização das provas para eventual conferência, se necessário.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

12.10 Para fins de comprovação de pagamento da inscrição, somente será aceito o comprovante, em formato original, que apresente a mesma numeração do código de barras equivalente ao documento de inscrição.

12.11 O não pagamento da taxa de inscrição determinará o cancelamento automático da solicitação de inscrição, sendo a inscrição considerada indeferida.

12.12 Contra o indeferimento da inscrição caberá recurso no período estipulado no Cronograma deste Edital, sendo que o candidato que não se manifestar em tempo hábil não poderá fazê-lo posteriormente em quaisquer esferas.

12.13 O candidato que não comparecer no local e dia da prova será considerado ausente, sendo eliminado do Concurso Público, de maneira que não poderá requerer a devolução da taxa da prova que não realizou.

12.14 Nos casos de suspensão ou não realização do Concurso Público, a devolução do valor pago da taxa de inscrição seguirá as disposições Legais.

13. Do Comprovante Definitivo de Inscrição

13.1 O comprovante definitivo de inscrição será disponibilizado junto ao site do Município de Igrejinha, disponível em: www.igrejinha.gov.br, para consulta e impressão pelo próprio candidato.

13.2 No Comprovante estará expresso o nome completo do candidato, o número do documento de identidade e o cargo para o qual irá concorrer.

13.3 É de exclusiva responsabilidade do candidato que tiver sua inscrição deferida acessar o endereço eletrônico www.igrejinha.rs.gov.br, e imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

13.4 Eventuais erros constantes no nome do candidato, no número do documento de identidade utilizado na inscrição, na sigla do órgão expedidor ou na data de nascimento deverão, obrigatoriamente, ser comunicados pelo candidato ao Município de Igrejinha, por meio de seu Protocolo, até o término do período para interposição de recursos referentes às inscrições efetivadas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

13.5 Em nenhuma hipótese serão efetuadas alterações e/ou retificações nos dados informados pelo candidato na ficha de inscrição após o prazo estabelecido no Cronograma do Edital.

14 Homologação das Inscrições

As inscrições para este edital, após examinadas serão homologadas mediante publicação de edital específico no site do Município de Igrejinha, em que serão também divulgados os pedidos deferidos e indeferidos para vagas de pessoas com deficiência e atendimento especial no dia de prova.

15 Das Fases

15.1 Este Concurso Público será composto por Prova Objetiva de caráter eliminatório e classificatório.

16 Da Prova Objetiva

16.1 A Prova Objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo atribuídos pesos para cada disciplina, conforme consta no item 16.5 deste Edital;

16.2 A prova objetiva visa avaliar habilidades e conhecimentos teóricos necessários ao desempenho pleno das atribuições do cargo (Anexo I) e será composta de questões de múltipla escolha, de acordo com o conteúdo programático constante do Anexo II.

16.3 A Prova Objetiva terá 60 (sessenta) questões com 4 (quatro) opções de respostas (a,b,c,d) cada, com apenas uma opção correta.

16.4 A Prova objetiva será composta por 10 questões sobre a Língua Portuguesa, 10 questões sobre a Legislação Municipal aplicável a este concurso e aos cargos aqui definidos, 10 questões sobre conhecimentos gerais sobre a realidade socioeconômica atual e 30 questões de conhecimentos específicos sobre a área de atuação do profissional.

16.5 As questões de Língua Portuguesa e de Conhecimentos Específicos da Prova Objetiva terão peso 2, as demais questões peso 1.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

16.6 O presente Concurso Público é classificatório e vale somente para a finalidade a que se destina. Será considerado aprovado o candidato que somar o mínimo de 60 (sessenta).

16.7 Os demais candidatos que não atingirem as condições de habilitação previstas estarão eliminados do Concurso Público.

16.8 Por situação da aplicação do critério de desempate e de recursos, as pontuações e quantidade de acertos, por disciplina, dos candidatos classificados serão divulgadas em Editais de Resultado Preliminar e Resultado Final do Concurso.

16.9 Caso o candidato eliminado queira tomar conhecimento da sua pontuação total e por disciplina, deverá acessar o site do Município de Igrejinha, disponível em: www.igrejinha.rs.gov.br, para consultá-la.

16.10 O candidato que não realizar a prova objetiva estará eliminado deste Concurso Público.

16.11 A prova terá a duração de 3 (três) horas ininterruptas, sendo que o candidato deverá permanecer no recinto da prova por no mínimo 1 (uma) hora, sob pena de eliminação.

16.12 O candidato poderá retirar-se, com o caderno de questões, somente após decorridas 2 (duas) horas de prova.

16.13 A Prova será realizada nas instalações do campus das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT, situada na Av. Oscar Martins Rangel, 4500, (RS 115), Bairro Fogão Gaúcho, Taquara, RS.

16.14 O candidato deverá comparecer ao local designado para as provas, munido de:

- a) Caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, obrigatoriamente.
- b) Original de um dos seguintes documentos de identificação (dentro do prazo de validade com foto): Carteira de Identidade (RG), Carteira de Órgão ou Conselho de Classe, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Certificado Militar, Carteira Nacional de Habilitação expedida nos termos da Lei Federal n.º 9.503/97 ou Passaporte.
- c) Comprovante Definitivo de Inscrição emitido pela internet.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

16.15 Não serão aceitos como documentos de identificação: CPF (CIC), certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteira de motorista (modelo antigo, sem foto), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, nem cópias de documentos de identificação, ainda que autenticados, ou protocolos de entrega de documentos.

16.16 A data e horário da prova será divulgada em Edital de Convocação junto ao site do Município de Igrejinha, em: www.igrejinha.rs.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado, com antecedência mínima de 30 minutos.

16.17. O portão de acesso ao local da prova será fechado no horário determinado no Edital de Convocação, previsto no item 16.16 deste Edital.

16.18 Não será admitido à sala de prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido.

16.19 Em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, tampouco será aplicada prova fora do local e horário designado neste Edital e no Edital de Convocação.

16.20 Por ocasião das provas os candidatos deverão colocar seus aparelhos celulares, desligados, em embalagem específica, fornecida pela Coordenação deste Concurso Público, para acondicionamento de pertences pessoais, que deverão ser guardados sob a mesa e sob sua inteira responsabilidade.

16.21 Nas salas de aplicação da prova e durante a realização do Concurso Público, não será permitido ao candidato manter em seu poder qualquer tipo de pertence pessoal, tais como: carteira, óculos escuro, protetor auricular, relógio (qualquer tipo), papel (qualquer tipo de impresso e anotações, incluindo cédula de dinheiro), embalagens não transparentes, cartão magnético de qualquer espécie, chave com controle eletrônico, isqueiro, cigarro, dentre outros; aparelhos eletrônicos em geral, tais como telefone celular, *tablets*, notebook, máquina fotográfica, calculadora, controles em geral, dentre outros; aparelhos de comunicação, receptores ou transmissor de dados, fones de ouvido, gravadores ou similares; armas brancas. O porte de qualquer desses objetos durante a realização da prova implica em eliminação do candidato, com desclassificação automática.

16.22 Será excluído deste Concurso Público o candidato que:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

- a) Apresentar-se após o horário estabelecido;
- b) Não apresentar o documento de identificação nos termos definidos neste Edital;
- c) Ausentar-se da sala ou local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- d) For surpreendido em comunicação com outras pessoas;
- e) Estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação;
- f) Lançar mão de meios ilícitos para executar a prova;
- g) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer material que não o fornecido;
- h) Não devolver a folha de respostas;
- i) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- j) Constatado, após as provas por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos. Neste caso, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público;
- k) Faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes e/ou com candidatos.

16.23 Ao término da prova, o candidato entregará ao Fiscal de Sala a grade de respostas devidamente preenchida. A não entrega da Grade de Respostas implicará na eliminação do candidato neste Concurso Público.

16.24 O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta azul ou preta.

16.25 O preenchimento da Grade de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de acordo com as instruções específicas contidas neste Edital, tanto na prova quanto na Grade de Respostas.

16.26 Tendo em vista o processo eletrônico de correção, não será utilizado processo de desidentificação de provas.

16.27 Em hipótese alguma haverá substituição da Grade de Respostas por erro ou desatenção do candidato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

16.28 Não serão computadas as questões não assinaladas na Grade de Respostas, nem as questões que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

17 Dos recursos

17.1 Caberá interposição de recursos no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto de recurso contra todas as decisões proferidas no decorrer do processo, que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, em especial:

- a) Divulgação do deferimento/indeferimento das inscrições e respectivas modalidades;
- b) Divulgação do gabarito preliminar da Prova Objetiva;
- c) Divulgação do resultado preliminar da Prova Objetiva;
- d) Divulgação da classificação preliminar do Concurso Público.

17.2 Os recursos deverão ser apresentados dentro dos prazos estabelecidos no cronograma previsto neste Edital.

17.3 Os recursos deverão ser apresentados junto ao Protocolo do Município de Igrejinha, nos termos do item 17.1 deste edital, devendo estar fundamentados, e argumentados com precisão lógica, consistência e concisão, com material bibliográfico apropriado ao embasamento, quando for o caso, e com a indicação necessária daquilo em que se julgar prejudicado.

17.4 Será admitido um único recurso por candidato, para cada evento discriminado no item 17.1 e Cronograma deste Edital, devendo o candidato argumentar em cada recurso toda a matéria que entender ser de direito.

17.5 Não serão aceitos recursos enviados por qualquer outro meio que não seja o previsto neste Edital.

17.6 A banca examinadora do Concurso Público constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

17.7 O ponto relativo à questão eventualmente anulada será atribuído a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação do recurso.

17.8 O Gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos interpostos, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

17.9 Na ocorrência do disposto nos itens 17.7 e 17.8, poderá haver, eventualmente, alterações da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer a classificação/desclassificação do candidato que obtiver/não obtiver a nota mínima exigida.

17.10 Serão indeferidos os recursos que não atenderem aos dispositivos aqui estabelecidos.

17.11 O prazo para interposição de recursos é preclusivo e comum a todos os candidatos.

17.12 Após o julgamento dos recursos sobre gabaritos e questões objetivas, a anulação de qualquer questão do certame, seja por recurso administrativo ou por decisão judicial, resultará em benefício de todos os candidatos, ainda que estes não tenham recorrido ou ingressado em juízo, e eventuais alterações no gabarito preliminar serão divulgadas.

17.13 O parecer contendo a decisão relativa ao recurso estará à disposição do candidato recorrente, nas datas determinadas no Cronograma do Concurso Público, até a data de homologação, sendo que os resultados e as respostas dos recursos serão divulgados no site do Município de Igrejinha, por meio do endereço: www.igrejinha.rs.gov.br, e procedendo-se, caso necessário, a reclassificação dos candidatos e divulgação de nova lista de aprovados.

18 Classificação dos Candidatos

18.1 A Nota Final de cada candidato será igual à soma do total de pontos obtidos na Prova Objetiva.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

18.2 A publicação do resultado final do Concurso Público será feita em 2 (duas) listas: a primeira, Lista Geral dos candidatos classificados; a segunda, Lista somente dos candidatos com deficiência classificados.

18.3 Apurado o total de pontos, em caso de empate na classificação dos candidatos, será observado como primeiro critério o candidato idoso, maior de 60 (sessenta) anos, conforme Lei nº 10.741/2003. Sendo o critério de desempate a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada, nos termos do art. 27, parágrafo único, da referida Lei, considerando a data de publicação do Edital de Abertura, aplicando-se, subsidiariamente, para efeito de classificação, e sucessivamente, ao candidato que:

- a) maior pontuação na prova de conhecimentos específicos;
- b) maior pontuação na prova de língua portuguesa; e
- c) participação efetiva como jurado no Tribunal do Júri.

18.4 Para fins de comprovação como jurado em Tribunal do Júri, serão aceitas certidões, declarações e atestados emitidos pelos tribunais de justiça estaduais e regionais federais do país nos termos do art. 440 do Código de Processo Penal.

18.5 Considerar-se-á jurado aquele que tenha sido sorteado para compor o Conselho de Sentença, no período compreendido entre a publicação da Lei Federal nº 11.689/2008 e a data de término das inscrições do presente Concurso Público. Os documentos comprobatórios desta condição deverão ser apresentados no Protocolo do Município de Igrejinha.

18.6 Persistindo o empate, o desempate se fará por meio de loteria, com publicação de Aviso específico sobre os procedimentos do ato no site do Município de Igrejinha, em: www.igrejinha.rs.gov.br, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data de sua realização.

19 Provimento dos Cargos

19.1 O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas para os cargos previstos neste Edital, além de outros, conforme necessidade do Município de Igrejinha.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

19.2 A convocação dos aprovados e classificados no Concurso Público de que trata este Edital, que observará, obrigatória e rigorosamente, a ordem classificatória, somente poderá ocorrer dentro do respectivo prazo de validade. Encerrado esse prazo, o candidato perde o direito à convocação. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seus dados cadastrais junto ao Município de Igrejinha.

19.3 O candidato será convocado para a contratação por meio de edital de nomeação, publicado no painel de avisos da Prefeitura, bem como no site do Município www.igrejinha.rs.gov.br, sendo sua obrigação o acompanhamento das publicações. Além disso, em caráter complementar, o Município encaminhará, na mesma data da publicação do edital de nomeação, correspondência na modalidade SEDEX, conforme endereço informado pelo candidato no ato de inscrição, sendo sua obrigação mantê-lo atualizado. Desde já, ficado advertido de que o não-recebimento da correspondência, seja por qual motivo for, não obriga o Município à nova remessa, estando suprida a necessidade de ciência ao candidato quanto à sua nomeação diante da publicação do edital nos meios inicialmente indicados.

19.4 O candidato convocado deverá comparecer ao Protocolo do Município de Igrejinha para tomar posse no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação da convocação, munido dos documentos abaixo especificados, devendo entrar em exercício do cargo no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da posse. O candidato poderá solicitar, justificadamente, renovação do prazo para exercício, por uma única vez. Não o fazendo a nomeação será tornada sem efeito e será convocado o candidato subsequentemente classificado.

19.5 No impedimento de assumir a vaga quando da convocação, o candidato poderá formalizar solicitação de remanejamento para o final da Lista de Classificação, a fim de ser convocado novamente mais uma única vez, desde que o Concurso se encontre dentro do prazo de validade e todos os candidatos do respectivo Concurso tenham sido convocados em primeira chamada.

19.6 No caso de não comparecimento do candidato na data estabelecida na correspondência de convocação ou de não ocorrência da solicitação de remanejamento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

para o final da lista de classificação do respectivo concurso, ficará o candidato automaticamente excluído do Concurso.

19.7 O candidato aprovado para preenchimento às vagas destinadas a Pessoas com Deficiência, após a nomeação e antes da posse, será submetido à análise de uma Junta Médica Oficial, que emitirá parecer fundamentado sobre o enquadramento ou não da qualificação da deficiência e sobre a compatibilidade ou não com as atribuições essenciais do cargo.

19.08 A reincidência na recusa ao ingresso no Quadro Funcional do Município de Igrejinha implicará imediata eliminação do Quadro de Classificados no Concurso, com concomitante perda de todos os direitos a eles inerentes e dele decorrentes.

19.09 Todos os cargos estarão sujeitos a cumprir carga horária nos turnos manhã e/ou tarde e/ou noite.

19.10 Outras exigências estabelecidas em Lei poderão ser solicitadas para o desempenho das atribuições do cargo.

20 Disposições Gerais

20.1 Todos os horários determinados por este Edital e demais publicações posteriores seguirão conforme horário de Brasília, DF.

20.2. A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação tácita das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital.

20.3 Os Editais referentes ao Concurso Público serão divulgados e estarão disponíveis no site do Município de Igrejinha, em: www.igrejinha.rs.gov.br, bem como no painel de publicações da referida Prefeitura, cabendo ao candidato a responsabilidade de manter-se informado.

20.4 Será excluído do Concurso Público o candidato que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata. A inexatidão das informações, irregularidades dos documentos ou não comprovação deles no prazo solicitado pelo Município de Igrejinha,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes de sua inscrição.

20.5 O Município de Igrejinha e a Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos ou apostilas referentes a este Concurso Público.

20.6 Qualquer ação judicial decorrente deste Concurso Público deverá ser ajuizada no Foro da Comarca de Igrejinha/RS, excluindo-se qualquer outro Foro.

20.7 Os casos omissos serão resolvidos pelo Município de Igrejinha, ouvida as Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT.

20.8 Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas, nem de resultados, gabaritos, notas, classificação, convocações ou outras etapas relacionadas aos resultados preliminares ou finais das provas e do Concurso Público. O candidato deverá observar rigorosamente os Editais e os comunicados a serem divulgados.

20.9 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumados a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstâncias estas que serão mencionadas em Editais Retificativos ou Aditivos.

20.10 As disposições e instruções contidas na página da internet (www.igrejinha.rs.gov.br), nas capas dos cadernos de provas, nos Editais e avisos oficiais divulgados pelo Município de Igrejinha constituirão normas que passarão a integrar o presente Edital.

20.11 Todas as despesas referentes aos deslocamentos, hospedagem e alimentação dos candidatos ocorrerão por sua própria conta, eximindo-se o Município de Igrejinha e as Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT da responsabilidade por essas despesas e outras decorrentes, inclusive no caso de eventual reaplicação de provas.

20.12 Os documentos referentes a este Concurso Público ficarão sob a guarda das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT até a publicação do Edital de Classificação Final para homologação do Concurso Público, sendo posteriormente repassados ao Município de Igrejinha.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

20.13 Será admitida a impugnação deste Edital, que deverá ser realizada junto ao Protocolo do Município de Igrejinha, desde que devidamente fundamentada, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da sua publicação.

20.14 Integram este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I– Atribuição de cargos;

Anexo II – Conteúdo Programático e Bibliografia recomendada;

Anexo III – Quadro demonstrativo de outras etapas;

Anexo IV – Modelo laudo médico para candidato que deseja concorrer especial de vaga para pessoas com deficiência;

Município de Igrejinha/RS, 07 de Outubro de 2019.

Joel Leandro Wilhelm
Prefeito

Registre-se e publique-se.

Leandro Marciano Horlle
Secretário de Administração e
Desenvolvimento Econômico



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

Anexo I – Atribuições dos Cargos

Assistente Social

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA FUNÇÃO: Prestar serviços de âmbito social a indivíduos e grupos, identificando e analisando problemas e necessidades materiais, psíquicas e de outra ordem e aplicando métodos e processos básicos do serviço social; analisar causas de natureza social, para estabelecer planos de ação capazes de restabelecer a normalidade de comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social; auxiliar na resolução de dificuldades decorrentes e de natureza psicossociais; planejar e desenvolver atividades individuais ou de grupos, visando a remoção de dificuldades; planejar e dirigir programas de serviço social em diferentes áreas como educação, saúde, trabalho e outras.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA DA FUNÇÃO: Orientar indivíduos nas suas necessidades pessoais respaldado pelo conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas e aplicando técnicas do serviço social para possibilitar o desenvolvimento de suas capacidades e ajustamento ao meio social; promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, atuando como facilitador para que ocorra desenvolvimento de suas potencialidades promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar a promoção coletiva e a melhoria do comportamento individual; auxiliar na ampliação da consciência social do indivíduo, aplicando a técnica do serviço social de grupo aliada a participação em atividades comunitárias para atender as aspirações pessoais desse indivíduo; programar as ações básicas da comunidade nos campos social, médico, educacional entre outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade em estudo para possibilitar a orientação adequada da clientela e o desenvolvimento harmônico da comunidade; atuar em programas específicos; organizar e executar programas de serviço social realizando atividades de caráter educativo, recreativo, assistência a saúde e outros; assistir as famílias nas suas necessidades orientando e fornecendo-lhes suporte material, educacional, médico e de outra natureza para melhorar sua situação e possibilitar uma convivência harmônica entre os membros; prestar assistência a menor carente e infrator, atendendo as suas necessidades primordiais para assegurar-lhe o desenvolvimento sadio da personalidade e integração na vida comunitária; identificar os problemas e fatores que perturbam ou impedem a utilização da potencialidade dos educandos, analisando as causas dessas perturbações para permitir a eliminação dos mesmos a fim de uma maior rendimento escolar; articular-se com profissionais especializados em outras áreas relacionadas a problemas humanos, estabelecendo troca de informações, a fim de obter novos subsídios para a elaboração de diretrizes, atos normativos e programas de ação social referentes a campos diversos de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

atuação; participar dos programas de saúde físico mental da comunidade, promovendo e divulgando os meios profiláticos, preventivos e assistenciais para mobilizar os recursos necessários a complementação do tratamento médico; realizar funções semelhantes.

Enfermeiro

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA FUNÇÃO: Planejar, coordenar, supervisionar, executar e avaliar os serviços de enfermagem atuando técnica e administrativamente nos serviços de saúde, na proteção de cuidados globais a indivíduos e famílias, no desenvolvimento de programas educativos, ao corpo técnico de enfermagem, na comunidade e em pesquisas correlatas para promover e recuperar a saúde da coletividade.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA DA FUNÇÃO: Executar trabalhos específicos em cooperação com outros profissionais ou assessorar em assuntos de enfermagem, emitindo parecer, realizar levantamentos, identificar demandas, estudar soluções, elaborar programas, projetos e desenvolver pesquisas, articulando suas ações com as políticas públicas de saúde; discutir os programas junto aos órgãos competentes, participando de suas definições e elaborar normas, roteiros, rotinas e padronizar procedimentos; organizar e desenvolver grupos de educação para a saúde, ministrando cursos e palestras e assumindo sua coordenação junto a grupos de: hipertensos, diabéticos, saúde mental, saúde da mulher, infecções respiratórias entre outros; realizar consultas de enfermagem para gestantes e assegurar a gestante puerpéria e ao recém nascido a assistência de enfermagem, estabelecendo programas específicos; planejar, supervisionar e avaliar o desenvolvimento de programas (PAIS, PAISM, PAIS MENTAL, saúde do trabalho, nutrição infantil, amamentação/lactação; coordenar campanhas de prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis - DST/AIDS, tabagismo), entre outras, além de programas de vigilância epidemiológica; implantar programas de higiene e segurança de enfermagem no trabalho, prevenção de acidentes, doenças do trabalho e profissionais; realizar notificação de doença de notificação compulsória, estabelecendo medidas de prevenção e controle; realizar serviços de triagem de pacientes para o atendimento médico; controlar e acompanhar tratamento e medicamentos a hipertensos; requisitar e controlar psicotrópicos apresentando receita médica e registrando suas saídas em livro de controle; efetuar entrevistas de pacientes em serviço de proteção, recuperação e reabilitação de saúde; acompanhar pacientes após a alta hospitalar em casos especiais; acompanhar e realizar curativos especiais em nível ambulatorial e domiciliar; efetuar coleta de material para o exame preventivo do câncer do colo uterino e orientação em relação ao preventivo do câncer uterino e de mamas, assim como, orientar sobre o auto exame; fazer supervisão, acompanhamento e atuação no serviço de vacinação; orientar familiares em relação a cuidados de conforto e higiene pessoal de pacientes acamados a domicílio; fazer sondagem



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

vesical e nesogástrico; realizar aplicações de leitura de testes para subsídios; atender pacientes mentais através de visitas domiciliares providenciando o encaminhamento de medicação ao paciente e familiar quanto ao estado de saúde e conduta; acompanhar pacientes hansenianos e tuberculosos; efetuar curativos, imobilizações especiais e ministrar medicamentos e tratamentos em situações de enfermagem; desenvolver atividades necessárias junto as creches e escolas de educação infantil do Município e ou planejar e desenvolver treinamento sistemático para a equipe de enfermagem, avaliando necessidades e os níveis de assistência prestada assim como, coordená-los e supervisioná-los, promovendo reuniões de orientação e avaliação; coletar, analisar dados de produção das atividades de enfermagem e agentes de saúde; participar de programas e atividades de educação sanitária, estudando a situação sócio sanitária e enfocando os aspectos prioritários para conscientizar a população ou cooperar na solução de seus próprios problemas; coletar e analisar juntamente com a equipe de saúde, dados sócio sanitários da comunidade a serem atendidos pelos programas específicos de saúde, consultando e compilando registros de instituições da comunidade (serviços de saúde e outros - que prestam assistência sócio sanitária), realizando inquéritos junto a população, ou as instituições, entrevistas e observações para possibilitar a diagnose e prognose da situação de saúde da comunidade, o conhecimento dos fatores que a estão condicionando e dos recursos disponíveis para as ações de saúde; acompanhar atividades das agentes de saúde e auxiliar nas proposições do trabalho a campo para saber das situações levantadas para providenciar ações relativas as necessidades da população; controlar equipamentos, materiais permanentes e de consumo e estabelecer rotinas para garantir a limpeza das unidades sanitárias e dos equipamentos, atividades de desinfecção e esterilização; emitir e assinar relatórios em geral e providenciar encaminhamentos.

Nutricionista

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA FUNÇÃO: Atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo a execução qualificada de trabalhos à educação alimentar, nutrição e dietética, bem como à participação em programas voltadas para a saúde pública.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA DA FUNÇÃO: Realizar inquéritos sobre hábitos alimentares, considerando os seguintes fatores: a) caracterização da área pesquisada; b) condições habitacionais; c) consumo de alimentos. Proceder à avaliação técnica da dieta comum das coletividades e sugerir medidas para a sua melhoria tendo por base procedência, custo e método de preparação. Participar de programas de saúde pública, realizando inquéritos clínico-nutricionais, bioquímicos e somatométricos. Fazer avaliação de programas de nutrição em saúde pública. Pesquisar informações técnicas específicas e preparar para divulgação, informes sobre: noções de higiene da alimentação; orientação para melhor aquisição de alimentos qualitativos e quantitativos; controle sanitário dos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

gêneros adquiridos pela comunidade. Participar da elaboração e execução de programas e projetos específicos de nutrição e de assistência alimentar a grupos vulneráveis da população. Sugerir adoção de normas, padrões e métodos de educação e assistência alimentar, visando a proteção materno-infantil. Elaborar cardápios normais e diaterápicos. Participar de programas voltados para a saúde pública. Orientar, supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares. Prestar assessoramento a autoridade ou superior imediato em assuntos de sua competência. Executar outras tarefas semelhantes.

Psicólogo

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA FUNÇÃO: Atender a crianças, adolescentes, escolares e adultos em sessões individuais e/ou coletivas; desenvolver ações preventivas em escolares, grupos e comunidades; desenvolver ações de educação para a saúde e demais atividades que lhe forem atribuídas.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA DA FUNÇÃO: Participar no planejamento e execução de projetos para o desenvolvimento da saúde coletiva, analisando e apresentando possíveis soluções para situações e problemas; assistir as equipes responsáveis por planejamento pedagógico e outros projetos da Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde e nos diversos setores da Administração Municipal, onde seja necessário seu conhecimento técnico; atuar junto à equipe diretiva das Escolas da Rede Municipal de Ensino, procedendo a orientação aos pais; participar e/ou promover reuniões e debates com a comunidade de caráter educativo e informativo; realizar psicodiagnóstico, diagnóstico diferencial, tratamento psicológico e encaminhamento a outros profissionais quando necessário; planejar, coordenar ou participar de atividades motivacionais e projetos de desenvolvimento para os servidores municipais; executar outras tarefas correlatas a sua formação.

Psicopedagogo

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA FUNÇÃO: Atuar nas escolas e/ou centros, identificando os alunos que apresentam dificuldade em sala de aula, fazendo intervenções individualizadas e/ou coletivas, verificando o perfil do aluno, promovendo modificações estáveis na personalidade e na dinâmica grupal, as quais revertam no manejo instrumental da realidade.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA DA FUNÇÃO:

I - Executar tarefas ocupando-se do processo de aprendizagem, considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio-histórico, utilizando procedimentos próprios, fundamentados em diferentes referenciais teóricos;

II - Identificar, analisar, planejar e intervir através de diagnóstico e de tratamento;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

- III** - Facilitar a aprendizagem de forma prazerosa, atuando no tratamento do problema já instalado e na sua prevenção;
- IV** - Promover orientações metodológicas, de acordo com as características dos indivíduos e grupos;
- V** - Participar da dinâmica das relações da comunidade educativa, a fim de favorecer o processo de integração;
- VI** - Realizar visitas domiciliares acompanhado de outros profissionais, se necessário for;
- VII** - Participar das reuniões com as equipes do CAE, SME e/ou escolas;
- VIII** - Analisar e assinalar os fatores que favorecem, intervêm ou prejudicam uma boa aprendizagem em uma instituição;
- IX** - Diagnosticar, orientar, atender em tratamento e investigar os problemas emergentes nos processos de aprendizagem dos alunos.
- X** - Realizar diagnóstico psicopedagógico, com especial ênfase nas possibilidades e 'perturbações' de aprendizagem, realizar esclarecimentos e orientações daqueles que os consultam, orientar professores da rede e pais/responsáveis legais, realizar orientação vocacional operativa em todos os níveis educativos;
- XI** - Investigar o processo de aprendizado do indivíduo visando entender a origem da dificuldade ou distúrbio apresentado;
- XII** - Acompanhar e/ou realizar sessões psicopedagógicas;
- XIII** - Estabelecer contatos periódicos com a equipe escolar (coordenação, orientação e professores), equipe técnica da Secretaria de Educação e pais/responsável legal pela criança ou adolescente, visando maior integração entre escola-família;
- XIV** - Investigar o processo de aprendizado do indivíduo e seu modo de aprender, identificar área de competências e limitações, visando entender as dificuldades e/ou distúrbios de aprendizado apresentado;
- XV** - Emitir laudos psicopedagógicos e requerer auxílio de outros profissionais quando necessitar, tais como: neurologista, psicólogo, fonoaudiólogo, etc. para aprofundar sua investigação;
- XVI** - Planejar, executar e avaliar conforme proposta pedagógica e estratégias;
- XVII** - Elaborar e cumprir seu plano de trabalho e planejamento diário;
- XVIII** - Participar dos programas de formação profissional da rede municipal de ensino, das reuniões de equipe multidisciplinar, contribuindo para efetivação do trabalho coletivo e colaborativo a partir das demandas da rede.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

Anexo II – Conteúdo Programático e Bibliografia Recomendada

CONTEÚDO COMUM A TODOS OS CARGOS

Língua Portuguesa:

1. Leitura e compreensão de textos: 1.1 Assunto. 1.2 Estruturação do texto. 1.3 Ideias principais e secundárias. 1.4 Relação entre as ideias. 1.5 Efeitos de sentido. 1.6 Figuras de linguagem. 1.7 Recursos de argumentação. 1.8 Informações implícitas: pressupostos e subentendidos. 1.9 Coesão e coerência textuais.

2. Léxico: 2.1 Significação de palavras e expressões no texto. 2.2 Substituição de palavras e de expressões no texto. 2.3 Estrutura e formação de palavras. 3. Aspectos linguísticos: 3.1 Relações morfossintáticas. 3.2 Ortografia: emprego de letras e acentuação gráfica sistema oficial vigente (inclusive o Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto 7.875/12). 3.3

Relações entre fonemas e grafias. 3.4 Flexões e emprego de classes gramaticais. 3.5 Vozes verbais e sua conversão. 3.6 Concordância nominal e verbal. 3.7 Regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase). 3.8 Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos. 3.9 Pontuação.

Legislação: Compreensão e interpretação das Leis nº 3898, de 2007 e 5126, 5127 e 5128 de 2018, do Município de Igrejinha.

Conhecimentos Gerais:

1. História do Estado e história do Município e da região que o cerca. 2. Tópicos atuais, internacionais, nacionais, estaduais ou locais, de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, desenvolvimento sustentável e ecologia.

CONTEÚDO ESPECÍFICO:

Assistente Social

Fundamentos teóricos metodológicos do Serviço Social. Serviço Social como profissão (ética profissional, regulamentação da profissão, demandas e desafios atuais do Serviço Social). Legislação Profissional: Lei que regulamenta a Profissão; Código de Ética do Assistente Social, Diretrizes Curriculares da ABEPSS para a Formação Profissional. Projeto Ético-Político do Serviço Social como fundamento da formação e do exercício profissional. Inserção do assistente social nos processos de trabalho. Instrumentos do Trabalho Profissional: Entrevista, Grupo, Reunião e Visita Domiciliar. Processos de gestão



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

na organização do trabalho e nas políticas sociais: planejamento, coordenação, execução, monitoramento e avaliação. Formulação e gestão de políticas sociais. O assistente social como trabalhador, as estratégias profissionais, a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e o produto do seu trabalho. Dimensão investigativa da profissão- concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa. Dinâmica institucional e a formulação de projetos de intervenção. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. Redes de atendimento. Assessoria técnica. Perícia, Estudo e Laudo Social. Questão social, políticas e movimentos sociais. Estado e políticas sociais. A legislação social e as leis regulamentadoras das políticas de Trabalho, Saúde, Assistência Social, Previdência Social, Habitação, Educação. Política de Humanização. Legislações afirmativas dos direitos de: Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Mulher.

Bibliografia Sugerida:

ALVES, Giovanni. Crise Estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/15882/10735>.

Atribuições privativas do/a Assistente Social. CFESS- Conselho Federal de Serviço Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo>.

BAPTISTA, Miryan Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentalização. São Paulo: Veras, 2000.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, 1990.

_____. Lei nº 12.852/2013. Dispõe sobre o Estatuto da Juventude. Brasília, 2013.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.

_____. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993 e alterações - Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social. Com a alteração trazida pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.

_____. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a LOAS (Organização da Assistência Social) e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1993.

_____. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 e alterações. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, 1994.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. 2004.

_____. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

_____. Lei nº 12.435/2011. Dispõe sobre o SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Brasília, 2011.

BRAVO, Maria Inês S. e CORREIA, Maria Valéria C. Desafios do controle social na atualidade. Serviço Social e Sociedade, n. 109. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n109/a08n109.pdf>. CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Texto aprovado em 13/3/1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Lei nº 12288 de 20 de julho de 2010. Lei de Igualdade racial. Brasília, 2010.

_____. Estatuto da pessoa com deficiência nº13146, de 6 de julho de 2015.

COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: Uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2008.

MARQUES, Rosa Maria e MENDES, Aquilas. A proteção social no capitalismo contemporâneo em crise. Argumentum, v. 5, n.1, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/5173>.

MOTA, Ana Elizabete Simões da ; BRAVO Maria Inês Souza ; TEIXEIRA, Marlene ; UCHOA, Roberta ; MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni ; GOMES, Luciano. (Org) Serviço Social e Saúde - Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SCHERER, Giovane A. Juventudes, (in)Segurança e Políticas Públicas: a proteção social no Brasil. Curitiba: Juruá Editora, 2017.

Nutricionista

Administração e serviços de alimentação, planejamento de cardápios, compras, recebimento, estocagem e distribuição de gêneros; Técnicas de higienização da área física, equipamentos e utensílios; Higiene e manipulação de alimentos: microbiologia básica dos alimentos. Saneamento e segurança na produção de alimentos, aspectos físicos, métodos de conservação, do pré-preparo até a distribuição dos alimentos; Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA); Vigilância e legislação sanitária. Controle higiênico sanitário dos alimentos, análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC) e implantação do Manual de Boas Práticas para Serviços de Alimentação; Técnica dietética: conceito, classificação, características organolépticas, composição química; Nutrição normal: conceito de alimentação e nutrição, critério e avaliação de dietas normais e especiais, leis da alimentação; Recomendações nutricionais: conceito, uso e aplicação das DRI's; Nutrientes: definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares e interação; Alimentação nos diferentes ciclos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

da vida (da gestação ao idoso); Guia alimentar para a população brasileira; Nutrição em Saúde Pública: Programa Nacional de Alimentação Escolar segundo Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde; Nutrição materno-infantil; crescimento e desenvolvimento em todas as faixas etárias segundo Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde; Avaliação do estado nutricional: métodos e critérios de avaliação segundo Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde; Avaliação Subjetiva Global; Ética profissional segundo Conselho Federal de Nutricionistas.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204; Art. 225 a 230).

BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências. - BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). - BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Resolução-RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Resolução RDC nº 12, de 02 de janeiro de 2001. Aprova regulamento técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos

BRASIL. Ministério da Saúde. Glossário Temático Alimentação e Nutrição. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília. - BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Criança: Nutrição Infantil Aleitamento Materno e Alimentação Complementar. Cadernos de Atenção Básica - n.º 23. Brasília.

BRASIL. Ministério da Saúde. Alimentação saudável para a pessoa idosa. Um manual para profissionais da saúde. Brasília.

BRASIL. Ministério da Saúde. Antropometria: Como pesar e medir. Brasília. - BRASIL. Ministério da Saúde. Carências de micronutrientes. Cadernos de Atenção Básica nº 20 - Brasília.

BRASIL. Ministério da Saúde. Clínica ampliada e compartilhada / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. - Brasília: Ministério da Saúde

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual Clínico de Alimentação e Nutrição - Na Assistência a Adultos Infectados pelo HIV. Série Manuais nº 71. Brasília. - BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Publicações Caderno de Atenção Básica: Obesidade. (Caderno de Atenção Básica nº 12.

Enfermeiro

Sistematização da Assistência e Processo de Enfermagem; Legislação em enfermagem; Legislação do SUS; Política Nacional em Atenção Primária em Saúde; Administração e Gestão dos serviços e do cuidado em saúde; Semiologia e semiotécnica de Enfermagem; Assistência de enfermagem em HIV, AIDS, hepatites virais e outras IST's; Assistência de enfermagem em prevenção e controle de doenças infectocontagiosas; Assistência de enfermagem em Pré-natal e Puerpério; Atenção em Saúde às Condições Crônicas Não Transmissíveis; Atenção em saúde aos indivíduos em seus diferentes ciclos de vida, em sua integralidade; Educação Permanente em Saúde; Vigilância em saúde; Programa Nacional de Imunizações; Programa Nacional de Segurança do Paciente; Política Nacional de Humanização; Suporte Básico e Avançado de Vida; Atenção em saúde para população LGBTQI+; Atenção em Saúde para População de Rua; Atenção em Saúde Mental na Atenção Primária em Saúde.

Referências Bibliográficas:

BARROS, E.; TORRIANI M.S.; SANTOS, L.; ECHER, I.C. Medicamentos de A a Z - Enfermagem 2016-2018. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso em 25 de setembro de 2019.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Atenção Básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 256 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Cadernos HumanizaSUS; v. 2). Disponível em <http://redehumanizausus.net/acervo/cadernos-humanizausus-volume-2-atenc%cc%a7a%cc%83o-basica/>

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. RESOLUÇÃO COFEN nº 0564/2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html . Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lein-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. DECRETO nº 94.406/87. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portal da saúde. Calendário nacional de vacinação 2018. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/vacinacao/calendario-vacinacao>. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica nº 19 – Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, 2006. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_saude_pessoa_idosa_n19.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica nº 33 – Saúde da Criança: Crescimento e Desenvolvimento. Brasília, 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_33.pdf Acesso em 25 de setembro de 2019.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

BRASIL. Portaria N° 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica n° 34 – Saúde Mental. Brasília, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação n° 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. ANEXO XIX - **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde / Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/AF_Carta_Usuarios_Saude_site.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação n° 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Anexo XXI. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html. Acesso em 05 de junho de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica n° 37 – Hipertensão arterial sistêmica. Brasília, 2013. 128p.: il. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica n° 36 – Diabetes Mellitus. Brasília, 2013. 160p.:il Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_diabetes_mellitus_cab36.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. Cadernos de Atenção Básica, nº 35. Brasília – DF 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica_ca_b35.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil. Brasília: 2011, 284p.: il. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_recomendacoes_controle_tuberculose_brasil.pdf Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Vigilância Epidemiológica de Eventos Adversos Pós-Vacinação. 3º ed. Brasília, 2014. Disponível em: http://biblioteca.cofen.gov.br/wpcontent/uploads/2017/03/manual_vigilancia_epidemiologica_eventos_adversos_pos_vacinacao.pdf . Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instrução Normativa Referente ao Calendário Nacional de Vacinação. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/abril/24/Site-Instrucao-Normativa-Calendario-.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. Protocolos da Atenção Básica. Saúde das Mulheres. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_saude_mulher.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica nº 13 – Controle dos Cânceres do Colo de útero e da mama. 2º ed. Brasília, 2013. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab13> . Acesso em 22 de junho de 2018.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. RESOLUÇÃO COFEN 195/1997. Dispõe sobre a solicitação de exames de rotina e complementares. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-1951997_4252.html. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Vigilância Epidemiológica de Eventos Adversos Pós-Vacinação. 3º ed. Brasília, 2014. Disponível em: http://biblioteca.cofen.gov.br/wpcontent/uploads/2017/03/manual_vigilancia_epidemiologica_eventos_adversos_pos_vacinacao.pdf . Acesso em 25 de setembro de 2019.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) - Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Brasília, 2016. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeutica_atencao_integral_pessoas_infecoes_sexualmente_transmissiveis.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual do pé diabético: estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/manual_do_pe_diabetico.pdf.

Acesso em 25 de setembro de 2019.

SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Brunner e Suddarth: Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

Souza, M. C. M. R. de, HORTA, N. C. Enfermagem em Saúde Coletiva – Teoria e Prática. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

WILSON, D.; HOCKENBERRY, M.J.; Wong - Fundamentos de Enfermagem Pediátrica. 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Psicólogo

Psicologia organizacional e do trabalho. Ética profissional. Avaliação psicológica. Psicologia da saúde. Psicopatologia. Psicologia escolar. Psicologia do Desenvolvimento da infância e à adolescência. Psicologia de grupo. Saúde coletiva. Psicologia social.

Referências Bibliográficas:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BLEGER, José. Temas de Psicologia - Entrevistas e Grupos. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2011.

BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e suas alterações posteriores. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei Orgânica da Saúde.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

- BRASIL. Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
- BRASIL. CFP. Conselho Federal de Psicologia. Resolução nº 010, de 21 de julho de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília-DF:CFP. 2005.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política nacional de Humanização da atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada. – Brasília: Ministério da saúde, 2009.
- BRASIL. CFP. Conselho Federal de Psicologia. Contribuições do Conselho Federal de Psicologia para a constituição da Rede de Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde a partir do Decreto 7.508/2011. Brasília-DF:CFP. 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cadernos de Atenção Básica, n. 34. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos / Ministério da Saúde, Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Nota Técnica com Parâmetros para atuação das e dos profissionais de Psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Brasília-DF:CFP. 2016.
- BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Resolução nº 6, de 29 de março de 2019. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº [15/1996](#), a Resolução CFP nº [07/2003](#) e a Resolução CFP nº [04/2019](#). Brasília-DF:CFP. 2019.
- BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica . 2. ed. Brasília-DF: CFP, 2019.
- CAMPOS, F. E., OLIVEIRA JÚNIOR, M., TONON, L. M. Cadernos de Saúde. Planejamento e Gestão em Saúde. Belo Horizonte: COOPMED, 1998.
- CAMPOS, G. W. S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2,p. 219-230, Jul., 2000.
- CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M.. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. Physis, Rio de Janeiro , v. 14, n. 1, p. 41-65, Jun., 2004 .
- CHIAVERINI, D. H. et. al. Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.
- COUTO, M. C. V.; DELGADO, P. G. G. Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. Psicol. clin., Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 17- 40, 2015.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

- CRUZ, L. R., RODRIGUES, L. GUARESCHI, N. M. F. Interloquções entre a psicologia e a política nacional de assistência social. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013, 271 p.
- DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2019
- DIMENSTEIN, M. et al. O apoio matricial em Unidades de Saúde da Família: experimentando inovações em saúde mental. Saúde Soc. [online]. vol.18, n.1, p. 63-74, 2009.
- HUTZ, C. S et al. Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- KUBLER-ROSS, Elizabeth. Sobre a morte e o morrer. São Paulo: Martins Fontes, 1969.
- LANCETTI, A. Clínica peripatética. São Paulo: Hucitec, 2006
- MEDEIROS, P. F. de; BERNARDES, A. G.; GUARESCHI, N. M. F. O conceito de saúde e suas implicações nas práticas psicológicas. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 21, n. 3, p. 263- 269, 2005
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993. 352p.
- MARTORELL, G., PAPALIA, D.E., FELDMAN, R.D. O mundo da criança: da infância à adolescência. 13 ed. Porto Alegre: AMGH, 2020.
- OUTEIRAL, J; CEREZER, C. O mal-estar na escola. Revinter, Rio de Janeiro, 2003.
- POLETO, M.; SOUZA, A. P. L.; KOLLER, S. H. (Org.) . *Escola e Educação: práticas e reflexões*. 1. ed. Curitiba: Juruá, v. 1. p. 336, 2016.
- SILVA, J. V.; CORGOZINHO, J. P. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: possíveis articulações. Psicologia & Sociedade, 23(n. spe.), 12-21, 2011.
- STRAUB, R. O. Psicologia da saúde: uma abordagem biopsicossocial. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 528p.
- YALOM, I. D.; LESZCZ, M. Psicoterapia de grupo: teoria e prática. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ZANELLI, J.C., BORGES-ANDRADE, J.E., BASTOS, A.V.B. (Orgs.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Psicopedagogo

O Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. Elementos do Processo de Ensino-Aprendizagem: motivação, memória, atenção, retenção, organização das informações. Família. O Lúdico como Instrumento de Aprendizagem. O Corpo na Aprendizagem. Problemas de Comportamento. Dificuldades de Aprendizagem. Diagnóstico e tratamento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

dos problemas de aprendizagem. Fracasso Escolar. Modalidades de Aprendizagem. Avaliação Psicopedagógica. Intervenção Psicopedagógica. O Processo de Aprendizagem. Abordagem Cognitivo - Comportamental. Transtorno de Ansiedade. Esquizofrenia. Autismo. Dependência Química. Importância das Intervenções com a Família. Avaliação. Prática educativa. Cidadania. Diretrizes Curriculares Nacionais. História e Cultura Afro-Brasileira. Educação das Relações Étnico - Raciais. Base Nacional Comum Curricular. Referencial Curricular Gaúcho.

Lei Municipal nº 5.126, de 03 de agosto de 2018 (Estatuto dos Servidores Municipais do Município de Igrejinha).

Lei Municipal nº 4.411, de 10 de setembro de 2019 (Lei do Estágio Probatório).

ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Autismo).

LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Constituição Federal/88: Art. 1º ao 4º (Dos Princípios Fundamentais), Art. 5º ao 17 (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41 (Organização do Estado) e Art.44 a 69 (Da Organização dos Poderes).

8. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Institui o Estatuto da Igualdade Racial).

Referências Bibliográficas:

- BOSSA, Nádia A. Fracasso Escolar: um olhar psicopedagógico. Artmed. 2002.
- BOSSA, Nádia A.; OLIVEIRA, Vera Barros de. Avaliação Psicopedagógica da Criança de Zero a Seis Anos. Vozes. 21ª Edição (2011).
- BOSSA, Nádia A.; OLIVEIRA, Vera Barros de. Avaliação Psicopedagógica da Criança de Sete a Onze Anos. Vozes. 20ª Edição (2011).
- BOSSA, Nádia A.; OLIVEIRA, Vera Barros de. Avaliação Psicopedagógica do Adolescente. Vozes. 14ª Edição (1998).
- CHAMAT, Leila Sara José. Diagnóstico psicopedagógico: o diagnóstico clínico na abordagem interacionista. Ed. Vetor. (2003)
- COLL, C, MARCHESI, A; PALACIOS J. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Artmed. (2004).
- CONSENZA, Ramon; GUERRA, Leonor. Neurociência e Educação: Como o Cérebro Aprende. Artmed.(2011).
- DEMO, Pedro. Ser Professor: é cuidar que o aluno aprenda. Mediação. 4ª Edição (2014).
- FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem. Artmed. (2007).
- GARCIA, Jesus Nicasio. Dificuldades de Aprendizagem e Intervenção Psicopedagógica. Artmed. 5ª Edição (2015).
- MOYLES, Janet R. Só Brincar? O papel do brincar na educação infantil. Artmed.(2002).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

- PAÍN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. Ed. Artmed. (1985).
- ROTTA, Newra Tellechea [et al.]. Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. Artmed.- 2ª Edição (2015).
- ROTTA, Newra Tellechea, BRIDI FILHO, Nunes, BRIDI, Cesar Augusto, De SOUZA, Fabiane Romano. Plasticidade Cerebral e Aprendizagem: Abordagem Multidisciplinar. Artmed. (2018).
- ROTTA, Newra Tellechea, BRIDI FILHO, Nunes, BRIDI, Cesar Augusto, De SOUZA, Fabiane Romano. Neurologia e Aprendizagem. Artmed. (2015).
- SALVADOR, César Coll. Aprendizagem Escolar e Construção do Conhecimento. Artmed. (1994).
- SANTOS, Dilaina Paula dos. Psicopedagogia dos Fantoches: jogo de imaginar, construir e narrar. Vektor. (2006).
- SAVOIA, M. G. (Org.). A Interface entre a Psicologia e Psiquiatria: novo conceito em saúde mental. Roca. (2006).
- SISTO, Fermino Fernandes [et al.]. Atuação Psicopedagógica e Aprendizagem Escolar. Vozes. (1996).
- SISTO, Fermino Fernandes; MARTINELLI, Selma de Cássia. Afetividade e Dificuldades de Aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica. Vektor. (2006).
- FONSECA, Vitor da. Cognição, Neuropsicologia e Aprendizagem: Abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. Editora Vozes. 7ª Edição (2007).
- PARECER CNE/CP nº 003/2004, aprovado em 10 de março de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana).
- PARECER CNE/CEB nº 7/2010, aprovado em 7 de abril de 2010. (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. - Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana).
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- Referencial Curricular Gaúcho (RCG).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

Anexo III

Modelo de Requerimento para Vagas PCD e/ou Atendimento Especial

Sr. Prefeito Municipal de Igrejinha

Nome: _____
 CPF _____, que concorre no Edital n.º _____/____ do Concurso Público para o Cargo de _____, vem requerer:

- a) () Vaga na Cota de Pessoas com Deficiência
- b) () atendimento especial no dia de aplicação de prova.

Para o requerimento de inscrição em cota de Pessoas com Deficiência o candidato anexa Laudo Médico conforme as exigências do edital nos itens 6 a 10.

Com este requerimento o candidato aceita todas as condições previstas na legislação e neste edital, sujeitando-se ao regramento de homologação da inscrição aqui expressas.

Para requerimento de atendimento especial no dia da aplicação da prova o candidato indica:

I. Quando decorrentes de necessidades físicas:

- () Acesso Facilitado e Mesa para cadeirante
- () Apoio para perna
- () Auxílio preenchimento da Grade de Respostas da Prova Teórico-objetiva (candidato com motricidade comprometida)
- () Mesa e Cadeira Especial
- () Sala próxima ao banheiro
- () Técnico de Enfermagem para troca de Sonda Vesical, Bolsa de Colostomia ou similar
- () Uso de almofada

II. Quando decorrentes de necessidades visuais:

- () Auxílio preenchimento da Grade de Respostas da Prova Objetiva:
- () Caderno de Prova Ampliado (padrão A3 – fonte 18 ou fonte 24)
- () Ledor
- () Uso de lupa manual

III. Quando decorrentes de necessidades auditivas:

- () Intérprete de Libras:
- () Leitura Labial
- () Prótese Auditiva

IV. Necessidades complementares:

- () Porte de arma de fogo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IGREJINHA

- () Sala para Amamentação
- () Sala para Extração do Leite Materno
- () Tempo Adicional

Igrejinha, ____ de _____ de 2019

Assinatura do Candidato

